



ACÓRDÃO Nº690/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº11608/2021.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa – SEC.

4- Exercício: 2020.

5- Responsável: Marcos Apolo Muniz de Araújo (Gestor), Ana Katia da Silva (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Anne Paiva de Alencar – OAB/AM 8316.

7- Unidade Técnica: DICAD.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 324/2022-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SEC. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Sr. **Marcos Apolo Muniz de Araújo** e da Sra. **Ana Kátia da Silva**, responsáveis pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa – SEC, no curso do exercício 2020, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas) e, ainda:

10.2. Dar quitação ao Sr. **Marcos Apolo Muniz de Araújo**, nos termos dos arts. 24 e 72, inciso II, ambos da Lei nº 2423/1996, c/c o art. 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº690/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3. Dar quitação a Sra. **Ana Katia da Silva**, nos termos dos arts. 24 e 72, inciso II, ambos da Lei nº 2423/1996, c/c o art. 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM;

10.4. Determinar à Origem que:

10.4.1. Envide esforços para regularizar, o mais breve possível, a divergência entre o valor registrado na conta Bens móveis do Balanço Patrimonial e o valor registrado no Inventário dos Bens Permanentes (AJURI), a fim de que o Balanço espelhe a situação Patrimonial real do Órgão.

10.4.2. Evite contratações sem cobertura contratual e sem prévio empenho, uma vez que o art. 60, da Lei nº 4.320/64, veda a realização de despesa sem prévio empenho.

10.5. Dar ciência aos Responsáveis, Sr. **Marcos Apolo Muniz de Araújo** e Sra. **Ana Kátia da Silva**, observando os patronos constituídos, sobre o deslinde do feito.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Maio de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral